

O CAVALO DE TRÓIA DO AUTORITARISMO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 08.11.1983

Quando vemos na Argentina o regime autoritário-tecnoburocrático ser extinto sumariamente por eleições diretas as quais, de quebra, ainda serviram para derrotar o autoritarismo populista peronista, a pergunta que vem à mente dos brasileiros é por que o mesmo não acontece aqui. Por que esse regime autoritário-tecnoburocrático já dura 20 anos e a “abertura” quase 10 anos? Por que a redemocratização do país tarda tanto, ao contrário do que aconteceu não apenas na Argentina, mas também na Espanha, na Grécia, no Peru.

As respostas a esta questão são muitas: (1) a “abertura” tem sido uma brilhante estratégia militar para postergar a redemocratização; (2) o autoritarismo das classes dominantes brasileiras é apenas escondido por um verniz democrático; (3) o conservadorismo dessas mesmas classes dominantes burguesia e tecnoburocracia sustentado por um enorme processo de concentração de renda e distanciamento social, leva os Membros dessas classes não diretamente comprometidos com o autoritarismo a ter um certo medo da democracia; (4) a submissão política e ideológica das classes dominadas.

Mas há uma quinta resposta que é fundamental: (5) o regime autoritário-tecnoburocrático brasileiro, ao contrário dos demais regimes autoritários do mesmo estilo, conseguiu colocar no seio da sociedade seu cavalo de Tróia: a Arena e, em seguida, o PDS

Geralmente, quando militares modernizados (tecnoburocratas militares) assumem o poder, eles não conseguem se aliar a um partido político e transformá-lo em seu instrumento. No Brasil, porém, isto foi conseguido de maneira extremamente eficiente pela tecnoburocracia no poder. Inicialmente a UDN e parte do PSD, depois da Arena, e finalmente o PDS aliaram-se aos militares, trazendo para eles o apoio da burguesia e da sociedade civil em geral.

Nos primeiros dez anos de revolução, e especialmente entre 1967 d 1974, esse apoio da sociedade civil era total. Depois foi desaparecendo, tornou-se definitivamente minoritário nas eleições de 1982, e desde então não pára de deteriorar-se, à medida que a crise econômica, política e moral desmoralizam o governo. Nesses termos, a legitimidade do governo perante a sociedade civil, que era alta nos primeiros 10 anos após 1964, foi desaparecendo rapidamente e hoje é praticamente nula. Guarda, entretanto, uma certa aparência de legitimidade graças aos votos do PDS (42% nas eleições de 1982 contra 58% das oposições) e graças aos casuísmos que dão maioria ao PDS no Senado e uma grande bancada na Câmara dos Deputados.

Partido autoritário-populista, o PDS reúne a direita autoritária e conservadora de todos os matizes, os oportunistas, e algumas vestais da democracia, que não param de falar em direitos humanos e liberdade, mas acabam por apoiar todas as medidas de sobrevivência do regime autoritário, como os casuísmos eleitorais e as eleições indiretas.

É certo que em 1983 assistimos à primeira rebelião dentro do PDS. Não teve origem, entretanto, nos setores que se pretendem modelos de democracia dentro do partido e sim nos setores populistas e oportunistas, que se sentiram marginalizados e ao mesmo tempo perceberam o contínuo e acelerado enfraquecimento político do governo.

Mas através de uma manobra interna bem sucedida o PDS foi provisoriamente reunificado e deverá agora votar unido o decreto 2.065. Afinal as vantagens ou privilégios de ser governo falaram mais alto. O PDS continua, portanto o cavalo de Tróia do autoritarismo no seio da sociedade brasileira. Nas palavras de Alberto Dines, é “o braço desarmado do poder armado”. Na verdade, sua aliança incondicional com o regime autoritário-tecnoburocrático constitui-se no maior obstáculo à redemocratização do país.(08/11)